

**ATA DA 402ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE - CEPRAM**

No dia 27 de setembro de 2019, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, ocorreu a 402ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente –CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Na pauta constaram os seguintes itens: 1. Aprovação da minuta da ata da 400ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29/03/2019; 2. Apresentação dos Processos: Processos com Pedido de Vistas; Processo Retornando a Pauta; Processos Apreciados na 33ª reunião da CT Recursal do dia 23/08/2019; Processos Apreciados na 32ª reunião da CT Recursal do dia 12/07/2019; 3. Apresentação equipe INEMA acerca do Licenciamento da barragem de rejeitos de extração de minérios – Licença BAMIN; 4. Informes; 4.1. Esclarecimentos referentes à Licença prévia para o Projeto Laticínio NASSAU BAHIA – empresa AGRI BRASIL HOLDING S/A; 4.2. Esclarecimentos referentes à Autorização de Supressão de Vegetação Nativa na Fazenda “Condomínio Cachoeira do Estrondo, município de Formoso do Rio Preto; 5. O que ocorrer.

Miriã Caetano da Silva – SECEX iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, com o primeiro ponto da pauta que foi a aprovação da ata da 400ª Reunião ordinária do CEPRAM, informou que todos receberam a minuta da ata, juntamente com a convocação da reunião e perguntou se existe alguma contribuição.

Luiz Vitor Marsala - IDEIA constatou que na leitura da ata desta reunião faltou constar que o Secretário determinou que os licenciamentos avocados pelo CEPRAM deveriam ser suspensos enquanto não se decidisse, através de uma consulta formal a PGE sobre o significado da palavra avocar.

João Lopes Araújo – ASSOCAFÊ pontuou que o assunto da avocação tem sido muito discutido internamente, em cada grupo, mas o que se tem que fazer é reconhecer o que é legislação. A lei do Estado da Bahia hoje diz que não é o CEPRAM que concede licença, isso por lei passou para o INEMA. Então, disse não dar para se fazer um aprofundamento de uma discussão aqui, querendo parar projeto que já foi licenciado, que está com andamento no governo, por causa do avocar. É preciso ter consciência de que a avocação não é o ato de trazer para o conselho a competência de licenciar, ou de mudar a licença e isso não existe visto que por lei, as licenças estaduais são de competência do INEMA.



102 que mora no entorno do Parque do Boqueirão da Onça e foram dadas licenças
103 dentro de áreas de APP. Sinalizou que hoje os estudos apontam que esses
104 interesses se sobrepõem, ou seja, os interesses das eólicas como energia limpa e
105 da preservação da caatinga único monumento que ainda se tem na Bahia como área
106 de preservação permanente. Informou que tem muita preocupação com a questão
107 do desenvolvimento, não sendo contra este, mas que o desenvolvimento seja
108 pautado na sustentabilidade.

109 Passou-se a apresentação dos processos sobre rito sumário, no qual são lidos os
110 processos e se por ventura houver algum destaque o conselheiro sinaliza e
111 posteriormente volta para discutir os destaques. **Processo: 2010-**
112 **021263/TEC/AIMU-0757 COPENER FLORESTAL LTDA.** Auto de Infração de multa
113 no valor de no valor de R\$100.000,00, ^(cento mil reais) no município de Conde, por supressão
114 vegetal nativa sem autorização ambiental e limpeza de área com uso de tratores
115 promovendo a derrubada de vegetação da Mata Atlântica. O requerente solicitou
116 julgado improcedente o auto de infração ou redução do valor da multa. O
117 conselheiro relator foi Luiz Vitor – CEPEDDES que em Reunião da CT Recursal do dia
118 01 de maio de votou pela manutenção da multa, os conselheiros Leila Oliveira e
119 Sérgio pediram vistas do processo, em 13 de julho de 2018 foi adiado, em 09 de
120 agosto de 2018 Leila e Sérgio não apresentaram o voto e por conta disso o processo
121 foi para a plenária do Cepram com o voto de Luiz Vitor pela manutenção da multa.
122 Em plenária do dia 26 de julho de 2019 o conselheiro Jorge Cajazeira – FIEB pediu
123 vistas ao processo. Nesta data o processo foi retirado de pauta, pois o interessado
124 encaminhou ofício sinalizando a desistência do recurso. **Processo: 2010-**
125 **015961/TEC/AIMU-0622- XILOLITE S/A.** Auto de infração de multa no valor de
126 R\$200.000,00 (duzentos mil reais) no município de Brumado, por extração e
127 selecionamento de talco sem licença ambiental de desmatamento. O requerente
128 solicitou o provimento do recurso e arquivamento do auto de infração. A conselheira
129 relatora foi Kátia Lima- SEAGRI, que em reunião da Ct recursal do dia 09 de
130 novembro votou pelo cancelamento da multa, porém na mesma reunião os
131 conselheiros Luiz Vitor e Daniel pediram vistas do processo. Na reunião da câmara
132 de 15 de março de 2019 o voto do pedido de vistas não foi apresentado, sendo
133 assim o processo foi para a plenária com o voto de Kátia sinalizando que não houve
134 consenso na Câmara. Em plenária no dia 26 julho de 2019 o processo foi retirado da
135 pauta para esclarecimentos da equipe técnica do INEMA. Em agosto o processo foi

136 encaminhado a Diretoria de Fiscalização e Diretoria de Regulação do INEMA para
137 complementação de informações, em setembro o processo retornou para a Secex
138 com manifestação do técnico por manutenção da multa, porém o processo continuou
139 retirado de pauta para complementação de mais informações. **Processo: 2009-**
140 **000670/TEC/AIAD-0014 - LUIS CARLOS DIAS LIMA.** Auto de Infração de
141 advertência no município de Salvador, por ocupação em APP e lançamento de
142 efluentes sem tratamento no rio. O requerente solicitou o provimento do recurso. A
143 conselheira relatora foi Mariana Vidal – SEMA que em reunião da CT Recursal de 23
144 de agosto de 2019 votou pela manutenção da penalidade de advertência, sendo
145 acompanhada por demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi
146 submetido a plenária que deliberou pela manutenção da penalidade de advertência.
147 **Processo: 2011-020230/TEC/AIMU-0472 - DJALMA SOARES DE OLIVEIRA.** Auto
148 de Infração de Multa no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) no município de
149 Candido Sales – BA, por ausência de implementação dos plantios relativo a área de
150 30,0 há (trinta hectares) nos prazos estabelecidos no projeto de implantação de
151 florestas de produção, vinculado à reposição florestal. O requerente solicitou
152 anulação da infração ou a multa seja reduzida a R\$500,00(quinientos reais). A
153 conselheira relatora foi Juliana Saback – SDE que em reunião da CT Recursal de 23
154 de agosto de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa, sendo
155 acompanhada por demais membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi
156 submetido à plenária que deliberou pela manutenção da penalidade de multa.
157 **Processo: 2008-015686/TEC/AIAD-0846 - MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO**
158 **CORIBE/ PREFEITURA MUNICIPAL.** Auto de Infração de advertência no município
159 de SÃO FELIX DO CORIBE –BA, por licenciamento de empreendimentos com
160 potencial poluidor fora dos procedimentos legais. O requerente solicitou anulação do
161 auto de infração de advertência. A conselheira relatora foi Juliana Saback – SDE
162 que em reunião da CT Recursal de 23 de agosto de 2019 votou pela manutenção da
163 penalidade de advertência, sendo acompanhada por demais membros da câmara
164 técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela
165 manutenção da penalidade de advertência. **Processo: 2010-018870/TEC/AIMU-**
166 **0699 - JOÃO TOLEDO DE ALBUQUERQUE.** Auto de Infração de Multa no valor de
167 R\$ 500.000,00 no município de Formosa do Rio Preto, por realizar queimada sem
168 autorização causando danos ao meio ambiente. O requerente solicitou anulação do
169 auto de infração de multa. A conselheira relatora foi Fernanda Bulhões - SINDICOM

238 Lagoa do Coqueiro, sem a outorga do órgão competente. O requerente solicitou a
239 revisão da penalidade de multa. A conselheira relatora foi Kátia Lima- SEAGRI que
240 em reunião da CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da
241 penalidade de multa, sendo acompanhada pelos demais membros da Câmara
242 técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela
243 manutenção da penalidade de multa. **Processo: 2010-022441/TEC/AIMU-0804 -**
244 **ADIVAL ALVES DOS SANTOS.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 40.000,00
245 no município de Caetité, por extração e beneficiamento de argila sem a devida
246 licença ambiental. O requerente solicitou que a multa seja julgada nula e indevida. A
247 conselheira relatora foi Kátia Lima- SEAGRI que em reunião da CT Recursal de 12
248 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa, sendo
249 acompanhada pelos demais membros da Câmara técnica. Nesta data o processo foi
250 submetido a plenária que deliberou pela manutenção da penalidade de multa.
251 **Processo: 2010-014290/TEC/AIMU-0547 - BRILAN MATERIAIS DE**
252 **CONSTRUÇÃO LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$20.000,00 (vinte mil
253 reais) no município de Santa Maria da Vitória, por Extração, britagem de rocha e
254 desmatamento sem licença ambiental . O requerente solicitou Requer o provimento
255 do recurso, julgando improcedente a notificação coma sua anulação ou conversão
256 da multa em serviços de preservação, melhoria ou recuperação de área. A
257 conselheira relatora foi Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira que em reunião da
258 CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa,
259 sendo acompanhada pelos demais membros da Câmara técnica. Nesta data o
260 processo foi submetido a plenária que deliberou pela manutenção da penalidade de
261 multa. **Processo: 2010-004201/TEC/AIMU-0139 - RUBEM SIMÕES DE ARAÚJO.**
262 Auto de Infração de Multa no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) no município de
263 Inhambupe- BA, por Exploração areia sem licença O requerente solicitou que seja
264 declarado prescrito o processo administrativo e/ou nulo o auto de infração, ou seja,
265 reduzido o valor da multa imposta á Recorrente. A conselheira relatora foi Fernanda
266 Bulhões – SINDICOM-BA que em reunião da CT Recursal de 12 de julho de 2019
267 votou pela manutenção da penalidade de multa, sendo acompanhada pelos demais
268 membros da Câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que
269 deliberou pela manutenção da penalidade de multa. **Processo: 2010-**
270 **005000/TEC/AIMU-0150 - METALBASA METALURGICA DA BAHIA S/A.** Auto de
271 Infração de Multa no valor de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) no município de São

272 Francisco do Conde- BA, por operar empreendimentos sem licença ambiental e
273 lançamento de efluentes líquido fora dos padrões. O requerente solicitou
274 cancelamento da autuação. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Ernesto Marsala –
275 IDEIA que em reunião da CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela
276 manutenção da penalidade de multa, sendo acompanhado pelos demais membros
277 da Câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou
278 pela manutenção da penalidade de multa. **Processo: 2010-011017/TEC/AIMU-0393**
279 **- LWART LUBRIFICANTES DO NORDESTE LTDA.** Auto de Infração de Multa no
280 valor de R\$ 20.000,00 no município de Feira de Santana, por Lançamento de
281 poluentes no ar acarretando desconforto à comunidade e emissão de material
282 particulado acima do permitido pela Resolução CONAMA Nº 382/2006. O requerente
283 solicitou seja reconsiderado o auto de infração para torná-lo insubsistente. A
284 conselheira relatora foi Lucidalva Rodrigues – PRISMA IDEIA que em reunião da CT
285 Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa,
286 sendo acompanhada pelos demais membros da Câmara técnica Nesta data o
287 processo foi submetido a plenária que deliberou pela manutenção da penalidade de
288 multa. **Processo: 2008-008614/TEC/AIAD-0465 - JOELIZA MARIA AFONSO DOS**
289 **SANTOS.** Auto de Infração de Advertência no município de Medeiros Neto, por
290 Regularização florestal. O requerente solicitou Extinção da multa, haja vista, o
291 empreendimento em questão estar devidamente licenciado pelo município. A
292 conselheira relatora foi Mariana Santos Vidal da Cunha – SEMA que em reunião da
293 CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de
294 advertência, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta
295 data o processo foi submetido a plenária que deliberou pela manutenção da
296 penalidade advertência. **Processo: 2011-016971/TEC/AIMU-0416 - ALBERTO DE**
297 **ABREU VIANA E CIA LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$
298 2.000,00(dois mil reais) no município de Rio de Contas- BA, por operar sem licença
299 ambiental. O requerente solicitou Extinção da multa, haja vista, o empreendimento
300 em questão estar devidamente licenciado pelo município. A conselheira relatora foi
301 Fernanda Bulhões – SINDICOM-BA em reunião da CT Recursal de 12 de julho de
302 2019 votou pela extinção da penalidade, sendo acompanhada pelos demais
303 membros da câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que
304 deliberou pela extinção da penalidade. **Processo: 2010-007134/TEC/AIMU-0212 -**
305 **JOÃO SIMÕES SANTA ROSA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$10.000,00

340 fotografaram, fizeram vídeos das nascentes e da vegetação. Na ocasião foi
341 apresentado um mapa via satélite e o superintendente do IBAMA disse que aquela
342 região tratava-se de uma APA. Então, são esses questionamentos que as
343 comunidades querem que o INEMA esclareça. Informou que a área onde a Bamin
344 vai instalar o empreendimento está sendo contestada pelas comunidades por ser
345 uma área de comunidades tradicionais. Outra questão gravíssima é o rebaixamento
346 do lençol freático que destruirá as fontes hídricas de dezenas de comunidades e
347 estas vivem da agricultura familiar, por conta disso por ser semi - árido eles utilizam
348 muito o poço artesiano e no momento que houver esse rebaixamento todos os
349 pequenos agricultores irão ficar sem água, porque automaticamente os poços irão
350 secar. Por fim, solicitou que o estado dê uma resposta sobre essa construção da
351 barragem de rejeito da Bamin, pois se trata de uma barragem maior que a de
352 Brumadinho, que está à cima de uma barragem de água que abastece toda a região
353 e caso essa barragem de rejeito venha a romper ela vai direto para a barragem de
354 água que vai inundar tudo e prosseguindo vai chegar ao Rio São Francisco.

355 Márcia Telles – INEMA pediu licença para fazer duas considerações, referente à fala
356 de Manoel Ailton sobre os processos das eólicas, informou que o INEMA até o
357 momento não recebeu nenhuma informação de ilegalidade nos processos de
358 licenciamentos das eólicas, então quando fala do processo de licenciamento de
359 eólica é importante ter cuidado de subsidiar o que está sendo falado, se existe
360 irregularidades técnicas ou legais nesses processos é necessário que isso seja
361 documentado para o INEMA e o órgão irá responder e esclarecer os
362 questionamentos. Para a ocupação de APP o código florestal ele é bem claro, então
363 ocupação de APP fora daquela situação é ilegal, se houve ilegalidade, solicitou que
364 isso seja documentado e submetido ao INEMA que será respondido, ou também,
365 pode ser submetido ao Ministério Público, órgão responsável para tratar as questões
366 de legalidade de licença. Referente à Licença da Bamin, não se trata de uma licença
367 emitida por discricionariedade, ela tem toda uma fundamentação técnica, então não
368 se estar trabalhando aqui naquilo que entende, que acha ou que imagina, existe
369 estudos que foram alocados dentro do processo e eles estão sob análise de uma
370 equipe técnica qualificada. Pontuou que o Governo já deu a resposta quando ele
371 tratou o licenciamento como ele deve com todo cuidado, diligência e com toda
372 presteza na análise técnica dos estudos apresentados e que nunca deixou de dar
373 respostas. Na reunião de hoje será apresentada a licença de forma mais detalhada e

408 Portaria INEMA nº 9.715 concedendo a PPV - Prorrogação do prazo de validade da
409 licença, prorrogando a validade até 04/11/2017, por questões de não ter saído a
410 FIOLE – Ferrovia de Integração Oeste/Leste o processo ficou parado e
411 conseqüentemente a licença de instalação não foi concluída, então ela venceu e o
412 projeto ficou parado, por conta disso teve uma nova licença de implantação que foi
413 dada entrada em 06/04/2017 e concedida através da Portaria INEMA nº 17.973 de
414 20/03/2019. Pontuou que desde as licenças iniciais em 2008, até hoje se percebeu
415 que houve uma evolução e maturação do empreendimento, inclusive em reuniões
416 com as equipes técnicas do INEMA com o empreendimento e os estudos técnicos
417 apresentados, os técnicos do órgão ficaram confortáveis com as respostas técnicas
418 racionais e razoáveis dadas pelo empreendimento.

419 Flávia Bazílio - COMIN/INEMA informou que fez parte da equipe técnica
420 multidisciplinar de licenciamento desse projeto, juntamente com outros profissionais
421 qualificados para tal. Explicou que o Projeto Pedra de Ferro é Empreendimento de
422 um Complexo mineiro-industrial para lavar e produzir concentrado de minério de
423 ferro e manganês com a capacidade de 19,5 milhões de ton/ano e 38,6 mil
424 toneladas/ano, respectivamente, utilizando uma área de 4.245 ha com a vida útil
425 prevista para 30 anos. Pontuou que houve uma evolução do projeto, porque a
426 viabilidade ambiental desse projeto já foi garantida desde a licença de localização,
427 na verdade só foi dada continuidade aos estudos e fazendo os devidos ajustes para
428 confirmar essa viabilidade técnica e ambiental do projeto. Informou que os
429 procedimentos adotados para o licenciamento desse empreendimento foram:
430 avaliação dos Projetos Executivos relacionadas aos ativos do empreendimento;
431 avaliação do cumprimento dos condicionantes da Resolução CEPRAM 4.144/2010 e
432 suas alterações; reavaliação do diagnóstico ambiental e dos principais impactos
433 associados ao empreendimento; visitas de campo na Área de Influência Direta do
434 Projeto; consulta aos órgãos intervenientes (IPHAN, ICMBio/CECAV, SEPROMI,
435 FCP) e as manifestações desses órgãos constam no processo; amplas discussões
436 técnicas com os profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos de
437 engenharia e de execução dos Programas socioambientais. Como desdobramento
438 dessa primeira análise e das inspeções, foram emitidas cinco notificações para
439 complementação de informações, tendo como objetivos principais: reavaliação das
440 alternativas locacionais para implantação da barragem de rejeitos (que foi um
441 grande questionamento da comunidade); classificação dos rejeitos de acordo com a

476 Perigoso (IIB, de acordo com a Norma Brasileira NBR - 10004); separação do
477 Rejeito em Grosso, Médio e Fino (o fino será lançado no lado oposto ao barramento,
478 aumentando a segurança da estrutura); estabilidade com margem de segurança.
479 Pontuou ainda que o produto da reavaliação das nascentes existentes na área
480 diretamente afetada e no seu entorno imediato foram identificadas duas nascentes e
481 não as 26 que as comunidades dizem, inclusive na atividade de campo o
482 hidrogeólogo, ampliou a equipe dele e incluiu até pessoas da comunidade e do
483 órgão ambiental para acompanhar, então foi algo conduzido com muita
484 transparência. Um dos programas ambientais que a Bamin desenvolve desde a
485 primeira LI e que faz parte das condicionantes é o Centro de conservação
486 socioambiental espaço que abriga além do viveiro de mudas, a maioria das reservas
487 legais dos imóveis que serão afetados pelo projeto e tem um Museu que tem um
488 acervo dos principais aspectos culturais e arqueológicos da região.

489 Maria de Lourdes – Prisma informou que recentemente o CREA a pedido do CREA
490 do Sudoeste fez uma roda de conversa sobre o tema barragens e Luisão do CREA
491 que é um especialista em barragens fez uma sugestão do CREA retornar juntamente
492 com o INEMA, pois ficaram muitas dúvidas e ele ainda não conhecia o projeto da
493 Barragem da Bamin. Disse que sentiu falta da questão da barragem de rejeito e a
494 barragem de Saraíma, informou que esta questão só foi levantada depois de
495 Mariana e Brumadinho, pois construindo essa barragem em cima de uma barragem
496 de água de Saraíma e essa barragem de rejeito rompendo lá de cima, ela vai levar a
497 cidade de Guanambi que não tem nada haver, então o medo da comunidade é que a
498 barragem venha a romper, pois nenhuma construção dessa é 100% segura. Disse
499 ser interessante o Inema e o CREA ir até Guanambi e fazerem a explicação técnica
500 sobre a barragem para a comunidade da região.

501 Antônio Leopoldo Freire – coordenador da COMIN /INEMA pontuou que o INEMA
502 preserva pela transparência nas suas atividades e como já dito o meio ambiente é
503 um bem difuso e cada um valora de uma maneira distinta, então dentro desses
504 processos existem conflitos. Dentro do processo de instalação da barragem foi
505 verificado que caso houvesse um rompimento da barragem quais seriam os pontos
506 que chegaria a atingir e nesse sentido houve uma evolução do projeto. Inicialmente
507 era contemplada uma barragem a montante, que foi o que aconteceu em Mariana e
508 Brumadinho, porém na engenharia existem fatores de segurança que garantem a
509 estabilidade de uma edificação de engenharia como: a forma que foi projetado,

543 zelo pelo trabalho. E disse que está à disposição de todos para mais
544 esclarecimentos se necessário.

545 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que essa apresentação de hoje é
546 decorrência de um pedido feito na reunião anterior pela conselheira Maria de
547 Lourdes – Prisma e disse que o INEMA e a SECEX estão disponíveis para
548 questionamentos posteriores, inclusive com registros para que sejam feitos os
549 encaminhamentos e com respostas mais técnicas caso nessa apresentação não
550 tenha sido atendida.

551 Cláudio Mascarenhas – Germen pontuou que passou a manhã inteira discutindo os
552 processos de multa e depois de meio dia, já na hora do almoço entra uma questão
553 tão complexa, interessante e pertinente de ser discutida no Cepram, que precisava
554 de muito mais tempo, de muito mais detalhes e mais aprofundamento, por que isso é
555 preocupação de todos. O que a companheira colocou com muita propriedade,
556 lembrando que o leigo não tem obrigação de conhecer a técnica, mas ele tem
557 obrigação de se basear nos fatos, e os fatos de Brumadinho e Mariana mostraram
558 quais são os resultados e não foi acidente, foi genocídio exatamente pela
559 responsabilidade do não cumprimento do que havia sido planejado, projetado e
560 regulado na hora da licença. Então essa atividade de mineração no Brasil se tornou
561 uma atividade de extrema preocupação e é esse momento que não pode passar
562 com uma simples apresentação, é indispensável uma fortíssima participação social
563 no acompanhamento de todos os estudos, de todas as visitas, de todas as
564 discussões, porque isso é uma responsabilidade compartilhada, quando se estar
565 aqui como conselheiro e se satisfaz com uma simples apresentação, os conselheiros
566 irão assinar junto com o órgão a licença para esta atividade que amanhã ou depois
567 pode acontecer um desastre aqui na Bahia. Então, chama a atenção para a
568 importância do Cepram retomar o papel que ele possuía antigamente, onde se tinha
569 o dia inteiro para se discutir coisas como essas e planos maiores. Informou que pelo
570 que tem conhecimento o DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
571 fornece inicialmente a licença de pesquisa e depois então a licença de lavra, então
572 perguntou se esse processo todo de licenciamento ambiental de todas as outras
573 licenças que foram citadas ele antecede a licença de lavra do DNPN ou é posterior?
574 E se é posterior é uma coisa para reabrir essa discussão, pois a licença de pesquisa
575 é natural que seja dada no início para que o empreendedor possa conhecer aquele
576 potencial que o Estado sinaliza que tem e que existe para que ele possa comprovar

610 para discutir processos de 2009 e que tem uma câmara técnica e teria que estar na
611 reunião desde cedo discutindo essas coisas.

612 Flávia Bazílio - COMIN/INEMA esclareceu que o que vai ocorrer em São Desidério é
613 a compensação pela intervenção em cavidades, a partir da espeleologia e quem
614 conduz e acompanha essa compensação é o Centro Nacional de Pesquisa e
615 Conservação de Cavernas- CECAV.

616 Márcia Telles - INEMA complementou que toda a demanda de discussões mais
617 cedo, o INEMA apenas esclareceu os pontos a plenária e é claro que isso leva um
618 tempo e já tinha sido colocada essa questão do Cepram levar muito tempo nas
619 discussões de processos. Inclusive a inversão de pauta que ocorre hoje, porque não
620 era assim anteriormente, e foi mudado justamente porque quando ia para a análise
621 dos processos não tinha quorum, então isso tem que ser um olhar para dentro
622 também e é preciso entender as responsabilidades de cada um. Por isso, chegou-se
623 a conclusão de que era melhor colocar os processos como primeiro ponto de pauta
624 e isso foi uma demanda que a SECEX teve pela preocupação de vê que os
625 processos não conseguiam ir para a plenária porque não tinha quórum.

626 Leonardo Carneiro – Diretor de regulação/ INEMA esclareceu que existem várias
627 espécies de compensação e esse licenciamento foi um licenciamento com EIARIMA
628 e o previsto na lei é que a compensação de EIARIMA, obrigatoriamente tem que ser
629 investido nas unidades de conservação próximo a área de influência do
630 empreendimento, fora isso tem as medidas compensatórias que já são previstas nas
631 condicionantes que geralmente são aplicadas na área de influência do
632 empreendimento.

633 Ruy Argeu – Sincofarma pontuou que estranhamente nenhum dos municípios
634 ameaçados com as barragens como Brumadinho e Mariana pediram parada da
635 atividade, pela importância econômica que o empreendimento traz até alguns com
636 muito risco. Disse que teve a oportunidade de analisar com um pouco mais de
637 profundidade o projeto da Bamin para poder participar da reunião e disse que sentiu
638 que o município de Guanambi é preterido pela natureza dos privilégios de que tem
639 esse empreendimento na região e que este trará desenvolvimento e benefícios para
640 o comércio e a indústria local. Salientou que Guanambi efetivamente ficou jusante
641 da mina e da barragem e que existe uma pseudo- ameaça, porém os requisitos de
642 segurança são muito maiores do que os exigidos pela Associação Brasileira de

677 vegetação e tem o clima, então a rocha quando tem valor econômico ela é um ativo
678 ambiental, ela é um recurso natural. Se esta área tivesse um rezoneamento chegaria
679 à conclusão de que aquele espaço geográfico guarda ali um recurso natural de
680 grande importância e de grande valor não só para a empresa, mas o que ela pode
681 contribuir para a geração de empregos na região. Então pode - se concluir que neste
682 espaço geográfico a vocação desta área é mineral

683 Severino Agra – UFBA pontuou referente à matriz analítica apresentada ser uma
684 forma de valoração é estranha, pois não se soma negativo com positivo, não é o que
685 dar mais positivo que é melhor, frisou mais uma vez ser estranho esse tipo de conta,
686 tecnicamente afirmou equivocado em termo de matriz, a qual está mais para um
687 resumo analítico. Referente às escolhas de alternativas das barragens, questionou
688 se todas as alternativas foram feitas a jusante da área e se todas as opções
689 estavam lotadas em um córrego. O segundo ponto é que deve se procurar exaurir a
690 possibilidade de não precisar barrar, pois existe o conceito tratado pela lei nacional
691 de barragem que induz ao erro que a barragem tem sempre que ser feita barrando
692 um rio. Porque não pode ser um sistema de deposição de rejeitos fora de um rio?
693 Disse inclusive que trouxe uma proposta para ser submetida ao Cepram para ser
694 discutido esse tipo de procedimento, primeiro exaurir a possibilidade de não usar
695 nenhum barramento de rio, você pode ter um sistema de depósito que não seja do
696 rio com muito mais segurança do que você barrar um rio, pois o rio torna vulnerável
697 qualquer barragem. Informou que a técnica de alteamento a jusante é muito antiga,
698 primeiro já existe coisa muito melhor e disse que conhece barragens de mineração
699 que são de concreto, não é com o material da rocha. Não havendo possibilidade
700 procurar alternativa mais segura. E na questão do alteamento o minério poderia ser
701 seco, já existem vários casos no Brasil ou procurar alternativa como a próprio
702 Vanádio Maracás que não precisa de barragem, eles tem uma maneira de fazer, no
703 qual aproveitam o futuro uso lugar da cava e já vai organizando a produção de forma
704 que o rejeito já vá para cava e se houver algum rompimento, é rompimento para
705 dentro da cava de lavra não vai atingir nenhuma cidade e população. E a proposta
706 que está encaminhando para o Cepram é que essas alternativas sejam primeiras
707 exauridas. Pontuou que o código florestal novo piorou com esse conceito de
708 utilidade pública, achou pouco que acrescentou interesse social e baixo impacto,
709 todas elas podem desrespeitar a lei do código florestal, então criou uma brecha
710 enorme. Salientou não ser preciso obedecer ao código florestal, pode-se ser mais

745 Leopoldo complementou que não foi só a jusante, foi toda barragem em si, tanto a
746 parte de ocupação como os problemas a jusante. Pontuou que barragem foi feita
747 para não se romper, porém o risco existe, risco está inerente a própria vida, só que
748 trata-se de engenharia, se de acordo com a equipe técnica capacitada, de acordo
749 com os consultores a sabatina técnica que foi feita, todas as respostas foram muito
750 bem fundamentadas, então o trabalho foi bem feito, inclusive parabenizou a equipe
751 técnica pelo comprometimento e a presteza pelo trabalho. Disse que observa que
752 barragem de rejeito tem um problema locacional, ela precisa de uma geomorfologia
753 e geralmente essas barragens ficam localizadas nos vales e estes naturalmente
754 sempre vão ter um córrego ou uma drenagem natural ou efêmera, ou um rio e
755 quando fala de barragem realmente é necessário condições ideais geomorfológicas,
756 então não se pode fazer barragem em qualquer local e conseqüentemente alguma
757 drenagem vai passar, no caso da barragem 2 o que foi observado que era um divisor
758 de águas, as duas nascentes que alimentam o córrego grande, então tem toda uma
759 dinâmica da água que vem do São Francisco retornar, ou seja, não necessariamente
760 quando se tem barragem como fica sempre no vale, conseqüentemente uma
761 barragem vai ter uma passagem de água; segunda aqui está sendo tratado de
762 substância minério de ferro, onde o volume é muito grande em relação a uma
763 mineração de vanádio, então a rota escolhida, foi a rota que precisava utilizar uma
764 poupa em relação a o grande volume, se não ia inviabilizar todo o empreendimento,
765 então nesse sentido foi escolhido a rota úmido em função do volume concentrado do
766 ferro, por isso na análise desse processo foi questionado e procurou dentro da
767 engenharia condições que satisfizessem as condições necessárias e não encontrou
768 nenhuma, mas se tiver alguma e puder conversar a hora é essa, o INEMA está
769 disponível e a legislação abarca isso buscar sempre a melhor alternativa e opção
770 tecnológica.

771 Miriã Caetano - SECEX prosseguiu a pauta com os informes em atenção as aos
772 requerimentos feitos pela ADES e inicialmente vai ser tratado sobre a autorização de
773 Supressão de Vegetação Nativa na Fazenda Condomínio Cachoeira do Estrondo,
774 município de Formoso do Rio Preto.

775 Marcia Telles – INEMA aproveitou para agradecer a equipe técnica da coordenação
776 de Mineração pela apresentação e explicou que essa solicitação foi colocada em
777 reunião e o INEMA se colocou a disposição para fazer alguns esclarecimentos sobre
778 ela. Explicou que foi colocada na reunião anterior sobre uma supressão que foi

813 autorização e agora renovou autorização. E a título de informação isso vai ser
814 protocolado oficialmente no INEMA. Como foi dito pelo código florestal a lei 651,
815 artg. 9º, parágrafo I, inciso I e II, para se registrar reserva legal é necessário ter
816 posse ou domínio da área, no que diz respeito à posse tem uma decisão judicial no
817 âmbito de primeira instância na comarca de Formosa do Rio Preto que confere a
818 posse da área as comunidades tradicionais gerazeiras. O condomínio cachoeira
819 estrondo recorreu, mas tem um agravo no âmbito do tribunal regional federal que
820 confirmou a posse para essas comunidades no âmbito do domínio a Procuradoria
821 Geral do Estado - PGE ingressou com uma ação discriminatória questionando toda
822 documentação de propriedade e identificando uma área de grilagem de mais de 444
823 mil hectares, então a situação atual é que o Condomínio Cachoeira Estrondo não
824 detém a posse, pois está judicialmente conferida as comunidades e no que diz
825 respeito ao domínio ainda não há uma decisão judicial de anulação dos títulos, mas
826 a própria PGE está convencida em questionar o domínio do empreendimento. Então,
827 o INEMA deveria ter uma postura de acatamento em conferir uma autorização de
828 supressão quando já tem questionamentos formalizados e protocolados no INEMA
829 desde 2015.

830 Leonardo Carneiro – Diretor de regulação /INEMA explicou que esse
831 empreendimento teve uma licença prévia em 2014, teve uma licença de instalação
832 convencional com inspeção, desde aquela época em 2014 ele já tinha a reserva
833 legal com termo de compromisso averbado pelo IBAMA. Em 2015 teve uma
834 autorização de supressão de vegetação e tinha o CEFIR do imóvel rural e
835 apresentou um documento de propriedade, que está anexo ao processo. O
836 empreendedor prorrogou a supressão, pois alegou por questões financeiras que não
837 poderia implementar nada. Em relação a esses litígios possessórios o INEMA não foi
838 informado e citado pelo Juiz, pois o Inema não é especializado em regularização
839 fundiária, então o órgão sempre aguarda o resultado da ação discriminatória e
840 geralmente o Juiz manda a decisão cancelando ou dando outro encaminhamento
841 para que o Inema possa tomar uma ação.

842 Márcia Telles – INEMA complementou que isso já havia sido colocado, todo esse
843 questionamento e essa documentação foi submetido à Procuradoria Jurídica do
844 INEMA - PROJUR, por conta disso foi feito um diligenciamento desse processo, para
845 chegar a todo teor dessa decisão, inclusive quanto ao posicionamento da PGE, mas
846 o INEMA precisa ser citado no processo e foi feita uma consulta a PROJUR, as

881 mas existem 750 mil propriedades rurais no Estado da Bahia. A reserva legal desse
882 empreendimento caiu no sistema como reserva legal aguardando validação, significa
883 dizer que o empreendedor cadastrou o imóvel rural e deu uma informação lá que em
884 algum momento ela foi aprovada em algum órgão ambiental e esse órgão pode ter
885 sido o IBDF, O IBAMA, a prefeitura, então alguém aprovou em algum lugar, mas é
886 necessário conferir se o que foi aprovado naquele momento corresponde a poligonal
887 que foi cadastrada, então ela entra no sistema como aguardando validação de
888 documento. Pontuou que o INEMA já teve uma conversa, há dois anos, com a
889 SEPROMI e com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário-CDA sobre as
890 poligonais das comunidades tradicionais que são reconhecidas pelo Estado,
891 inclusive já foi feito uma proposta de minuta de portaria que já está sendo analisada
892 no INEMA pelo setor jurídico e pela assessoria técnica de que as comunidades
893 tradicionais que forem nomeadas pelo Estado, elas tenham uma forma de gerir a
894 terra que não seria nenhum impeditivo para essas comunidades ter uma reserva
895 legal e manejarem essas reserva legal. O INEMA precisa que o procedimento que é
896 estabelecido na SEPROMI e que tem uma interface com a CDA faça parte do GEO
897 BAHIA, para que o INEMA ao analisar imóveis rurais, aquilo que foi
898 reconhecidamente estabelecido pelo Estado e estando na forma de poligonal, será
899 respeitado como tudo que é colocado no sistema e isso seria um avanço que
900 realmente o Estado da Bahia precisa fazer. Porque hoje muitas das análises são
901 feitas com base no georreferenciamento.

902 Márcia Telles – INEMA complementou que o fato de terem autos lavrados em
903 desfavor da empresa, isso não é impeditivo para a publicação de nenhum ato, pode
904 até discordar. Quando se fala que existe um entendimento de que existem indícios,
905 o órgão ambiental liberou um ato e publicou no diário oficial, então a Procuradoria
906 Jurídica está avaliando se esses indícios são suficientes para haver uma suspensão
907 da licença temporária ou definitiva. Para o órgão ambiental esta decisão da
908 procuradoria é que vai determinar o que o INEMA irá fazer com relação ao ato.

909 Danilo Hassui - Sindicato dos produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães
910 pontuou que referente a este caso no último mês o Ministério Público se manifestou
911 a respeito de uma denuncia que ADES tinha feito questionando a validade dessa
912 autorização de supressão e em parecer o Ministério Público opinou pela legalidade
913 da autorização da supressão de vegetação, foi feita uma investigação na promotoria
914 de Barreiras e o Dr. Eduardo emitiu uma decisão nesse sentido que a autorização

949 se estar construindo um contexto do agronegócio com equilíbrio que essa imagem é
950 construída lá fora, tem que ter preocupação com a manutenção desta imagem e
951 preocupa muito a questão fundiária daquela região.

952 Amanda Silva – ADES a título de informação a ADES sabe que o condomínio
953 cachoeira Estrondo não é apenas uma empresa, mas especificamente essa reserva
954 da Delfin empreendimento está sobrepondo à área das comunidades tradicionais
955 para, além disso, essas questões fundiárias no Oeste da Bahia não são motivo para
956 nossa atuação. A ADES trabalha a partir dos direitos coletivos e acompanhando
957 essas comunidades tradicionais e na defesa dos direitos que estão previstos em leis
958 e existe sim questões fundiárias de diversos empreendimentos que estão sobre
959 juízo e se não tiver quem acompanhe essas comunidades elas ficam invisibilizadas.
960 O discurso que se constrói é que o do desenvolvimento na cabeça dos empresários
961 é sobre um custo, o custo da vida e de modos de vidas de comunidades que lá já
962 existiam e existem diversas comunidades no Alto do Rio preto com suas famílias que
963 estão sendo violentadas por segurança armada privada pelas empresas da
964 cachoeira Estrondo. Agradeceu ao Inema pelo caso estar em diligência na PROJUR
965 e disse que fica na expectativa de saber qual o resultado da procuradoria. Solicitou
966 que esse caso possa ser encaminhado para a Câmara Técnicas de políticas
967 Públicas – CTPPDS para que possa avaliar isso e vê que sugestões, considerações
968 e recomendações que se possa fazer ao INEMA para que questões como essa não
969 passem e para que não crie novos conflitos, porque recai em um caso de grilagem
970 ambiental, pois isso vai legitimando a posse a partir desses atos autorizativos do
971 INEMA.

972 Márcia Telles – INEMA esclareceu que quando se olha uma supressão de 23 mil
973 hectares, esta é uma supressão legalizada, pois a lei permite inclusive que se faça
974 uma supressão muito superior a 23 mil hectares, porque a propriedade tem 97 mil
975 hectares. Se os grandes latifúndios são possíveis, não é o INEMA que vai
976 questionar, então considerando que a lei obriga o empreendedor a ter 20% de
977 reserva legal e APP preservada, o que vai ser dito pode chocar, mas o resto todo
978 pode ser retirado. O que se tem que avaliar é o quanto de cerrado se quer preservar
979 e para isso é preciso mudar a lei e quem faz isso são os parlamentares. O estado da
980 Bahia a partir de hoje já não mais aceita somente 20, mas aceita 45, 80, então não é
981 uma discussão aqui, todos os ritos foram seguidos, o empreendimento ainda que
982 tenha essa discussão e que a procuradoria jurídica tenha diligenciado, o

1017 dele da Holanda que ia ter o dinheiro, quando viu a situação de latifúndio no Brasil
1018 desistiu de investir, até porque ele já tem umas propriedades no Oeste da Bahia em
1019 questionamento. Pontuou que este processo está arquivado, estão inclusive
1020 tentando arranjar um fundo americano para fazer um projeto pequeno tipo o
1021 Leitíssimo, mas este processo está arquivado.

1022 Márcia Telles – INEMA esclareceu que o INEMA não pode impedir nenhum tipo de
1023 requerimento entrar e ele não pode por si só arquivar nenhum processo, porque a
1024 primeira licença seguiu um rito administrativo e o requerente pagou, já a segunda
1025 licença o requerente também pagou, então ela está em análise, até que ele oficialize
1026 ao órgão a desistência do processo, o processo vai permanecer aberto. Ele hoje
1027 está notificado, se eles não responderem, vai ser notificado pela segunda vez e se
1028 novamente não responderem, aí sim é o que estar previsto é o arquivamento.

1029 Miriã Caetano – SECEX pontuou que será feita uma convocação de uma reunião
1030 extraordinária, provavelmente dia 11 de outubro em função até da reunião
1031 extraordinária da CT Recursal, devido à quantidade grande de processos a serem
1032 analisados a fim de diminuir a quantidade de processos.

1033 Sérgio Bastos – SINPEQ pontuou que fez um processo de planejamento do
1034 Conselho, assim como foi feito no CONERH, então sugeriu que a SECEX envie para
1035 os conselheiros do CEPRAM uma proposta de planejamento a ser debatida na
1036 próxima reunião, onde vai estar todos os assuntos pendentes e atrasados para que
1037 se tenha um norte e saber quando os assuntos serão discutidos e não conhecer a
1038 pauta 15 dias antes de sair.

1039 Cláudio Mascarenhas – GERMEN lembrou da gestão ambiental compartilhada
1040 municipal – GAC tem que ter uma câmara que esteja acompanhando e discutindo
1041 esse processo, são muitos municípios habilitados para licenciar e é preciso que o
1042 Cepram acompanhe isso enquanto conselho. Além do que, parece que o projeto é
1043 quase que duplicar essa quantidade de municípios já existentes. Outro tema de
1044 fundamental importância para discussão é a questão das mudanças climáticas que
1045 tomou a pauta no mundo inteiro e precisa pegar o plano e ações do Estado da Bahia
1046 e adequar algumas diretrizes que são impositivas neste momento.

1047 João Carlos Oliveira – Secretário da SEMA pontuou que é excelente a proposta do
1048 planejamento e a proposta do GAC a Secretaria está à disposição e na hora que o
1049 Conselho entender que é importante fazer uma apresentação do GAC sintam-se a
1050 vontade. Com relação à questão das mudanças climáticas a Sema está

- 1087 Severino Soares Agra Filho – UFBA
- 1088 Luiz Vitor Marsala – IDEIA
- 1089 Amanda Santos Silva – ADES
- 1090 Claudio Mascarenhas – GERMEN
- 1091 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil



34 Miriã Caetano da Silva – SECEX leu a parte da fala do secretário que faz referência
35 ao que o conselheiro falou e complementou que em relação ao termo avocar disse
36 que foi feito o encaminhamento a Procuradoria Geral do Estado – PGE para ser feita
37 a análise do tema avocação que na reunião anterior levou um tempo enorme
38 discutindo sobre a avocação, porém a SECEX ainda não recebeu este retorno para
39 que traga mais clareza do termo avocação.

40 Luiz Vitor Marsala – IDEIA complementou que na realidade o que se está discutindo
41 é que o Conselho deixou de ter capacidade licenciatória, a exceção dos casos em
42 que a avocação for feita, então isso está no regimento desta forma. Se houver
43 necessidade de mudança na lei vai ter que ser no sentido de tirar esta exceção, mas
44 estar dito que terá o conselho a capacidade licenciatória toda vez que houver uma
45 solicitação ao secretário para a avocação e a plenária consentir esta avocação.
46 Então, esse é o procedimento existente até então pelo entendimento da sociedade
47 civil.

48 Márcia Telles – INEMA pontuou que a ata reflete o que foi dito na reunião anterior,
49 então se o que foi dito pelo secretário na reunião anterior foi isso a ata tem que
50 refletir isso, por conta disso não acha ser uma questão de voto e sim de refletir o que
51 foi dito, e salienta que existe gravação do áudio.

52 João Carlos Oliveira – Secretário SEMA pontuou que lembra muito desse ponto, pois
53 foi discutido amplamente, disse que lembra que foi uma proposta da representação
54 da OAB e ficou na reunião uma grande interrogação do que seria avocar, então
55 disse que tem que colocar em votação com muita tranquilidade se o que está posto
56 na ata refletiu o que foi discutido ou há a necessidade de fazer um adendo a
57 proposta do conselheiro a ata.

58 Miriã Caetano da Silva – SECEX voltou à questão da ata e informou que esta é
59 elaborada a partir da gravação do áudio da reunião, explicou que a ata é mandada
60 previamente para todos os conselheiros, e sinalizou que as sugestões são bem
61 vindas para que efetivamente seja traduzido o que ocorreu e que as sugestões
62 cheguem antes à SECEX para ser feita a verificação e adequação do texto, porém
63 não houve nenhum questionamento a ata. Então, ficou encaminhado que a SECEX
64 irá ouvir novamente o áudio para esclarecer a fala do secretário e caso necessário a
65 ata será complementada e aprovada na próxima reunião. Pontuou que o áudio
66 encontra-se disponível para quem desejar ouvi-lo. Registrou a chegada do vice -
67 governador e secretário da SDE João Leão.

68 João Leão – SDE deu as boas vindas a todos e disse ser um prazer estar na SDE
69 junto com os conselheiros resolvendo as questões da Bahia e levando essas
70 questões cada vez mais para o desenvolvimento econômico do Estado. Em nome
71 do governador Rui Costa abraçou todos os conselheiros e disse que o governo está
72 com uma série de investimentos a exemplo da Ferrovia Nordeste/Leste que é o
73 sonho da Bahia, que vai ligar o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico que foi o sonho
74 de Vasco Neto há 60 anos. Pontuou que teve o imenso prazer em disponibilizar os
75 primeiros recursos para essa ferrovia no sul da Bahia, a qual vai gerar emprego e
76 renda no município de Ilhéus; a ponte Salvador/Itaparica que é uma obra
77 excepcional, a ponte do desenvolvimento que vai gerar para o Estado da Bahia 7 mil
78 empregos diretos na construção e uma geração de mais de 100 mil empregos
79 depois da implantação da ponte no período da concessão, onde o Estado da Bahia
80 vai dobrar a receita. Falou ainda da importância do pólo petroquímico que dar quase
81 34% da receita do Estado. Agradeceu a todos os conselheiros que fazem parte
82 deste conselho que tanto ajudam a Bahia na construção de um novo Estado, que
83 realmente a coisa caminha para frente. Pontuou que o Estado está bem entregue
84 nas mãos do secretário do Meio Ambiente e da Diretora Geral do INEMA e se tem
85 uma coisa que funciona bem é a questão dos licenciamentos ambientais que,
86 inclusive, é um espelho do Brasil, pois em Brasília o IBAMA só tece elogios ao
87 INEMA.

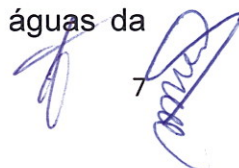
88 João Carlos da Silva – Secretário da SEMA agradeceu a presença do vice
89 governador e secretário da SDE que é um entusiasta. Informou que esse Conselho
90 tem se pautado com muito equilíbrio e tomando as decisões pensando, sobretudo no
91 futuro da Bahia, então isso é extremamente importante. Aproveitou e fez um convite
92 para que em breve o vice-governador possa vir ao conselho fazer uma explanação
93 sobre a ponte Salvador /Itaparica. O Secretário falou que fica muito feliz, pois
94 quando se vê o Estado da Bahia, mesmo com a crise econômica que o país está
95 enfrentando, ser o Estado que mais gerou emprego nos últimos três meses, isso é
96 muito importante para o Nordeste. Pontuou que a Bahia está caminhando para além
97 da ponte, para fechar o TAC do Porto Sul, pois não tem dúvida que será o grande
98 catalisador da tomada do desenvolvimento e da geração de emprego e renda do sul
99 da Bahia.

100 Manoel Ailton – CESPECT pontuou que algumas licenças na Bahia deixam a
101 desejar, tanto que já houve vários questionamentos em relação às eólicas. Explicou

170 – BA que em reunião da CT Recursal de 23 de agosto 2019 votou pela anulação do
171 auto de infração de multa, porém houve dissenso na câmara, sendo 05 votos pela
172 manutenção da penalidade e 01 pela anulação. Nesta data o processo foi submetido
173 a plenária e o conselheiro José Roberto Celestino pediu vistas ao processo.
174 **Processo: 2010-016910/TEC/AIMU-0651 - GREEN SALVADOR COMERCIO DE**
175 **VEICULOS LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$10.000,00 (Dez mil
176 reais) no município de SALVADOR – BA, por degradação ambiental de lagoa
177 localizada na Avenida Luiz Viana Filho(Avenida Paralela) no município de Salvador
178 decorrente do lançamento de óleo em rede de drenagem de águas pluviais
179 direcionada para a lagoa. O requerente solicitou a redução do valor arbitrado a título
180 de penalidade. A conselheira relatora foi Ana Livia Cunha Guimarães - SEDUR que
181 em reunião da CT Recursal de 23 de agosto de 2019 votou pela anulação do auto
182 de infração de multa, sendo acompanhada pelos demais membros da câmara
183 técnica. Nesta data o processo foi submetido a plenária que deliberou pela
184 manutenção da penalidade de multa. **Processo: 2009-014766/TEC/AIMU-0275 -**
185 **CERÂMICA MILÊNIO LTDA.** Auto de infração de multa no valor de R\$6.000,00 (seis
186 mil reais) no município de Filadelfia – BA, por operar a atividade de fabricação de
187 blocos para construção, sem a devida licença ambiental e sem autorização de
188 supressão de vegetação. O requerente solicitou cancelamento da multa. O
189 Conselheiro relator foi Sergio Bastos – SINPEQ que em reunião da CT Recursal de
190 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa, com
191 possibilidade de celebração de termo de compromisso, sendo acompanhado pelos
192 demais membros da câmara técnica. Em plenária do dia 26 de setembro de 2019 os
193 conselheiros deliberaram pela manutenção da penalidade de multa. **Processo:**
194 **2008-000778/TEC/AIMU-0063 - BRASFRUT - FRUTOS DO BRASIL LTDA.** Auto de
195 Infração de Multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) no município de
196 FEIRA DE SANTANA – BA, por degradação ambiental. O requerente solicitou que a
197 apreciação de sua defesa e que se digne de considerar a inconsistência do auto
198 Infracional. O Conselheiro relator foi Ruy Argeu – SINDICOM – BA que em reunião
199 da CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de
200 multa, sendo acompanhado pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o
201 processo foi submetido a plenária que deliberou pela manutenção da penalidade de
202 multa, porém houve dissenso sendo 13 favoráveis a manutenção, 07 favoráveis a
203 anulação da multa e 01 abstenção. **Processo: 2011-010737/TEC/AIMU-0249 -**

204 **LE MOS E NEVES LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco
205 mil reais) no município de CANDIBA- BA, por descumprimento do prazo estabelecido
206 na Licença de operação. O requerente solicitou que seja provido o presente
207 RECURSO, determinando o cancelamento do Auto de Infração e anulação da multa
208 aplicada. A conselheira relatora foi Fernanda Bulhões - SINDICOM que em reunião
209 da CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela anulação da multa, porém houve
210 dissenso na Câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido a plenária que
211 deliberou pela manutenção da penalidade de multa, porém houve dissenso sendo
212 19 votos favoráveis a manutenção, 04 votos favoráveis a anulação da multa.

213 **Processo: 2011-020046/TEC/AIMU-0465 - LUDEMILTON LIMA DOS REIS.** Auto
214 de Infração de Multa no valor de R\$5.000,00(cinco mil reais) no município de
215 Camaçari- BA, por degradação ambiental em APP. O requerente solicitou que: a)
216 Seja revogado o Auto de Infração nº2011-020046/TEC/AIMU-0465, a fim de excluir a
217 imposição da multa; b) Substituição da sanção de multa por prestação de serviços
218 de preservação; c) Redução da multa constante do auto de infração ao patamar de
219 10%. O conselheiro relator foi Ruy Andrade - SINDICOM – BA que em reunião da
220 CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa
221 com celebração de Termo de compromisso, sendo acompanhado pelos demais
222 membros da Câmara técnica. Nesta data o processo foi submetido à plenária que
223 deliberou pela manutenção da penalidade de multa. **Processo: 2010-**
224 **000196/TEC/AIMU-0011 - TEXTURAR COMERCIO DE ARGAMASSAS E**
225 **SERVIÇOS LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 10.010,00(dez mil e
226 dez centavos) no município de Salvador- BA, por disposição inadequada de resíduo
227 sólido e em atividade sem licença ambiental. O requerente solicitou: a) Seja
228 decretada a inexistência do ato administrativo de autuação pelo agente do IMA; b)
229 Seja declarada a nulidade do Auto de Infração; c)Seja julgado totalmente
230 improcedente o Auto de Infração. A conselheira relatora foi Kátia Lima- SEAGRI que
231 em reunião da CT Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da
232 penalidade de multa, sendo acompanhada pelos demais membros da Câmara
233 técnica. Nesta data o processo foi submetido a plenária que deliberou pela
234 manutenção da penalidade de multa. **Processo: 2010-006311/TECAIMU-0184 - NP**
235 **NOTEMPER EMPREENDIMENTOS LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de
236 R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no município de Aramar- BA, por
237 exercer atividade que resulte alteração no regime e na quantidade das águas da



306 (dez mil reais) no município de Riachão do Jacuípe- BA, por Exercer atividade em
307 olaria sem a devida regularização do órgão competente. O requerente solicitou a
308 substituição da multa por advertência e prestação de serviços comunitários. O
309 conselheiro relator foi Sergio de Almeida Bastos – SIMPEQ que em reunião da CT
310 Recursal de 12 de julho de 2019 votou pela manutenção da penalidade de multa,
311 sendo acompanhada pelos demais membros da câmara técnica. Nesta data o
312 processo foi submetido a plenária que deliberou pela manutenção da penalidade
313 multa.

314 Juçara Tanajura – Sinduscon informou que duas empresas filiadas ao sindicato
315 deram entrada com pedido de supressão de vegetação e o INEMA demorou oito
316 meses para dar essa licença e oito meses depois a empresa tem que dar entrada
317 em um pedido de renovação, então sugeriu que o INEMA pudesse rever este prazo
318 de pedido de renovação, pois esse prazo muito curto.

319 Márcia Telles – INEMA pontuou que esse prazo de oito meses não procede, se o
320 órgão leva tempo para a liberação da licença, esta passa a valer a partir da
321 publicação no Diário Oficial do Estado, ou seja, se ela demorou 08 meses sendo
322 analisada e ela foi publicada hoje, a licença tem o prazo a partir de hoje. Pontuou
323 que os prazos de licença estão previstos em lei, não existe licença de oito meses,
324 existe talvez uma autorização ambiental que é para uma ação específica e é dado
325 ao requerente à possibilidade de que essa renovação seja feita automaticamente se
326 ele respeitar o prazo que é dado na lei.

327 Maria de Lourdes – Prisma pontuou que como terá a apresentação sobre a
328 barragem da Bamin já iria fazer alguns questionamentos para que a equipe do
329 INEMA responda por um todo. Em relação às condicionantes do empreendimento
330 da Bamin, duas comunidades Antas e Palmitos que se localizam no município de
331 Urandi reclamam que essas condicionantes não estão sendo cumpridas,
332 principalmente em relação à água, porque se trata de um grande empreendimento
333 que está sendo feito no semi - árido. Outro questionamento é referente ao
334 georreferenciamento, pois na localidade do empreendimento existem pontos de
335 vegetação e de nascentes e no EIARIMA informa que não há uma vegetação
336 exuberante e também que tem apenas duas nascentes, no entanto as comunidades
337 que estão lá há diversos anos dizem que existem 26 nascentes e a vegetação é
338 densa, inclusive informou que participou de uma visita técnica a essa região,
339 juntamente com a equipe do INEMA e do IBAMA e os servidores do INEMA

374 responder os questionamentos, mas a resposta o Estado já deu, até porque esta
375 licença é relativamente antiga e todas essas questões foram postas, porém pode-se
376 discutir quantas vezes forem necessárias, mas não é uma licença nova. E salientou
377 que cabe ao licenciamento além de analisar as questões ambientais, cabe também a
378 análise de todas as questões envolvendo os recursos hídricos. Por fim, apresentou a
379 equipe de licenciamento do INEMA, representados por: Leopoldo – Coordenador,
380 Leonardo Carneiro – Diretor de regulação e Flávia que faz parte da equipe técnica.
381 Antônio Leopoldo Freire – coordenador da COMIN /INEMA passou a fazer a
382 apresentação sobre o licenciamento da barragem de rejeitos da Bamin e por se
383 tratar de um grupo heterogêneo fez uma introdução sobre o licenciamento
384 ambiental, pois se observa que a definição do licenciamento ambiental e o
385 entendimento na Resolução Conama 237/1997 não retrata o que realmente é feito
386 na prática, diante disso resolveu explanar as fases e fluxo, que passam os
387 processos de licenciamentos. Pontuou que a equipe técnica qualificada do INEMA
388 analisa o licenciamento ambiental através de dispositivos legais e normas técnicas,
389 tendo como ponto de partida a caracterização do Meio Ambiente e a caracterização
390 do empreendimento (dados apresentados pelo empreendedor), com o objetivo de
391 determinar quais são os impactos e os potenciais de riscos, para daí vê medidas
392 mitigadoras, de controle e compensatórias, para assim verificar se com essas
393 medidas existe uma viabilidade para retro alimentar o empreendimento e para que
394 isso também seja viabilizado do ponto de vista ambiental. Salientou que o
395 licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental e não um processo
396 burocrático como muitas pessoas acham. Após introdução sobre o licenciamento
397 passou-se para o empreendimento Pedra de Ferro da Bamin que fica entre os
398 municípios de Pindaí e Caitité, trata-se de um empreendimento de grande porte e de
399 alto potencial poluidor, por isso classificado como Classe 6. Explicou o histórico do
400 processo que se trata de um processo antigo que foi dado entrada em 29/07/2008 e
401 em 12/03/2010 saiu à resolução Cepram 4066 concedendo a licença de localização,
402 informou ainda que teve EIARIMA, Audiências públicas; em 04/11/2010 saiu a
403 resolução cepram nº 4.144 concedendo a licença de implantação; em 25/09/2013
404 saiu uma Portaria do INEMA 5.961 concedendo uma licença de alteração e nesse
405 momento houve uma alteração na legislação ambiental do Estado, instalando no
406 Inema a Coordenação de Mineração - COMIN que trata das atividades de
407 Mineração e de exploração e produção de óleo/gás natural; em 08/05/2015 saiu a

442 NBR 10.004:2004 da ABNT, isso já havia sido feito antes e para confirmar de que se
443 tratava de um rejeito não perigoso e inerte; plano de segurança da barragem;
444 modelamento hidrogeológico da área da cava (aquífero do mosquito);
445 recadastramento das nascentes identificadas na ADA e sua circunvizinhança;
446 recadastramento dos usuários de água existentes na circunvizinhança da ADA;
447 auditoria externa sobre o Programa de reassentamento das comunidades de Antas e
448 Palmito. Informou ainda que os principais impactos negativos e as medidas
449 mitigadoras/ compensatórias desse projeto foram: rebaixamento do nível d'água do
450 aquífero do mosquito – Formação Ferrífera e como medidas mitigatórias a empresa
451 já tem um Sistema de reposição de água à Leste da mina na sub-bacia do Riacho da
452 Faca (vazão de reposição 40m³/h); Intervenção no córrego Grande e para solucionar
453 essa situação já tem o Plano de Segurança de Barragem e Plano de Atendimento a
454 Emergência; supressão de vegetação nativa e para solucionar essa situação a
455 empresa já adquiriu áreas de compensação ambiental, situadas no entorno da ADA;
456 afugentamento/ Manejo de Fauna e para solucionar essa questão existe Planos de
457 manejo específicos e aquisição de áreas de soltura apresentam um ambiente muito
458 parecido com o que os animais vivem e habitam hoje; reassentamento humano das
459 Comunidades de Antas e Palmito e como solução foi realizada um programa de
460 reassentamento humano. Pontuou que a empresa, em relação à localização,
461 apresentou cinco alternativas para ser instalada a barragem, porém a alternativa 2
462 foi a opção indicada no EIARIMA como a mais adequada para a contenção do
463 rejeito. O resultado desse novo estudo das alternativas foi realizado através de uma
464 matriz analítica que apresenta os elementos da parte de engenharia e da parte
465 socioambiental que foram considerados para essa nova avaliação, e na parte
466 socioambiental foi observado inclusive o grau de ocupação jusante do eixo da
467 barragem e percebeu-se que a alternativa 2 continuou sendo a mais indicada para a
468 implantação da barragem. Em função das provocações do órgão ambiental houve
469 uma alteração da concepção dessa barragem, inicialmente ela seria uma barragem
470 convencional, evoluiu para empilhamento drenado, porém o alteamento a época
471 seria de montante e por fim conseguiu-se alterar esse alteamento para jusante. No
472 caso do empilhamento drenado a empresa alterou a rota de processo para que
473 desse condição de separar o rejeito grosso do rejeito fino. As principais
474 características dessa barragem são: alteamento a jusante, contínuo e operacional;
475 capacidade para armazenamento de 180 milhões de m³; rejeito Inerte e não

510 quem projetou, a forma construtiva, a forma de manutenção, a forma de
511 monitoramento. Pontuou que nesse desenvolvimento desse processo de
512 licenciamento o próprio INEMA propôs a empresa de fazer alteamento jusante e não
513 houve nenhuma resistência, explicou que o alteamento jusante é mais caro, mas ele
514 pega o material de empréstimo de fora e compacta e essa forma dar estabilidade, a
515 qual pela Norma exige para os diversos fatores operacional, liquefação e sismo os
516 seguintes valores respectivamente: 1,5, 1,3 e 1,1 e a barragem da Bamin
517 apresentam valores de estabilidades maiores do que os exigidos pela norma, sendo
518 assim para os fatores de segurança: operacional pontuaram com 2,24, liquefação
519 pontuaram com 2,32 e sismo pontuaram com 1,47 e 1,51.

520 Márcia Telles – INEMA complementou que existe um trabalho técnico de engenharia
521 com ART'S - Anotação de responsabilidade técnica, o que é apresentado é
522 fundamentado em questões técnicas, pesquisas de sondagem, então isso precisa
523 ser considerado. A barragens ainda com a questão dos acidentes e lendo e
524 analisando as conclusões desses, percebeu-se que houve uma informação
525 equivocada em termos de manutenção da barragem, então de fato e objetivamente
526 o que seria ideal era não ter mais barragens, por consequência não tem mais
527 mineração, não tem mais atividade econômica. De fato ninguém quer uma
528 barragem em cima, mas a atividade não está suspensa/ proibida, tanto é que ela
529 teve autorização de lavra que não é dado pelo INEMA, mas sim por um órgão
530 competente para tal autorização, a licença apenas vem regular esta atividade. Uma
531 série de instituições como: CECAV, o ICMBIO, IFAN, Palmares tiveram o parecer
532 favorável a instalação da barragem e ao exercício da atividade de mineração.

533 Antônio Leopoldo Freire – coordenador da COMIN /INEMA esclareceu que referente
534 às áreas serem de comunidades tradicionais, a empresa informou ao órgão ser a
535 proprietária do imóvel, inclusive o órgão federal responsável por isso foi consultado e
536 ele não afirmou que eram áreas de comunidades tradicionais, o que descaracteriza
537 oficialmente que seja área de fundo de pasto. Explicou que com a instalação da
538 barragem realmente terá a supressão de vegetação. Pontuou ainda que a licença
539 não é líquida e certa, ou seja, se alguém tiver algum documento técnico sinalizando
540 que tem algo errado, o NEMA está aberto a receber, avaliar e dará uma resposta. E
541 por fim, pontuou que o órgão tenta fazer é o equilíbrio entre o meio ambiente e a
542 atividade mineraria e informou que a equipe técnica é qualificada e tem bastante

577 e vê se interessa a ele ou não, a partir daí todos os estudos deveriam ser feitos
578 antes da licença de lavra. Pontuou que toda a sociedade deveria conhecer quem
579 foram os técnicos, que mesmo com responsabilidade técnica assinaram cada estudo
580 deste.

581 Antônio Leopoldo Freire – coordenador da COMIN /INEMA referente às concessões
582 das lavras foram dadas em 2004, 2005, sempre foi questionado quem dava a licença
583 primeiro, hoje é o INEMA dar a licença primeiro para depois eles entrarem na
584 Agência Nacional de Mineração - ANM, então para a concessão das lavras um dos
585 pré- requisitos é a licença ambiental. Na política de legislação do Estado tem alguns
586 impedimentos de pesquisa mineral que são realizados em áreas antropizadas é
587 isento de licença ambiental, já as exceções são necessárias autorizações
588 ambientais. No que se refere a ART do responsável técnico, os processos da LI
589 estão disponíveis para toda a sociedade, com todos os estudos, como as ART'S,
590 pareceres técnicos do órgão ambiental.

591 Márcia Telles- INEMA complementou que inclusive as manifestações dos órgãos
592 intervenientes como ICMBIO, IFAN, Palmares constam no processo também.
593 Esclareceu que existe aquele tipo de pesquisa que dispensa de licença ambiental,
594 por ter um impacto muito pequeno e isso é necessário que seja feito para que o
595 empreendedor tenha ciência de que a qualidade do minério vale a pena em termo de
596 exploração. Quando a pesquisa necessita de algo mais que se percebe que tem
597 impacto, aí será submetido a uma autorização ambiental que é para aqueles
598 procedimentos que tenha início, meio e fim.

599 Maria de Lourdes – Prisma pontuou que não estão contra o Estado, nem falando da
600 equipe do INEMA, até por que apóia o Governo do Estado, agora tem horas que é
601 necessário questionar, mas na hora que tem que defender defende, tanto é que
602 agora está tendo muita cautela com esse trabalho, pois já percebeu-se que tem
603 pessoas querendo usufruir desse discurso (culpa é do Estado, que o estado que deu
604 licença) para ganhar a eleição, e nessas horas defende o Estado, pois não querem
605 que esta questão seja usada para grupos ganharem a eleição. Disse que ouviu um
606 boato de que foi liberado um dinheiro de condicionante e esse dinheiro foi para São
607 Desidério e não para a localidade que está sendo instalada a barragem que é onde
608 sofre os impactos ambientais diretamente. E pontuou que fica indignada com o gasto
609 que o estado tem para trazer os conselheiros da sociedade civil e chega na reunião

643 Normas Técnicas, o cuidado que se passou a ter após Brumadinho e Mariana foram
644 muito maiores.

645 José Roberto Celestino – ABES informou que é conselheiro desde 2003 então tem
646 acompanhado muita coisa que vem acontecendo na área ambiental no âmbito do
647 Cepram e participou também do processo de licenciamento e foi uma discussão
648 bastante ampla no conselho na época e disse que vem acompanhando o projeto,
649 apesar de o Cepram não ter mais competência de conceder licenças, e percebeu a
650 evolução que houve no projeto como um todo. Ressaltou que atua na área de
651 consultoria há 40 anos e também na área de barragens e essa evolução de sair da
652 barragem de montante para barragem de jusante é uma evolução muito grande em
653 termo de segurança. Disse que teve oportunidade de em 2017 dentro de um
654 Congresso Nacional da ABES coordenar um simpósio de segurança de barragens
655 com foco no que tinha acontecido em Mariana e foi muito interessante até pela visão
656 detalhada dessa área de mineração, os riscos que são eminentes da barragem de
657 montante, a qual é uma barragem que vai sendo alteada com rejeito em cima do
658 próprio material do rejeito, então os fatores de segurança dela são muito inferiores
659 aos que foram demonstrados na apresentação. Pontuou que são fantásticas as
660 melhorias e a maneira que está fazendo hoje e a Bahia está de parabéns nesse
661 aspecto especialmente, pois está aprendendo com os erros dos outros e está
662 melhorando os projetos e processos. Quanto à questão de responsabilidade técnica
663 é muito importante, mas ela foi muito bem ressaltada por Márcia, está claro em todos
664 os processos, todos os técnicos que estão participando assinam e o INEMA e
665 demais órgãos só aceitam quando tem a ART e não tem como fugir disso. E com a
666 adoção da barragem de jusante os riscos são bem menores, até porque está
667 trazendo material de fora do rejeito.

668 Luis Fernando Galvão – Sindical pontuou que já tiveram vários depoimentos e foi
669 mostrado que os coeficientes de segurança da barragem nos três pontos estão
670 muito a cima, vai ser usado um material estéril para que se comece o
671 desenvolvimento da mina e essa rocha não são fragmentos pequenos, são
672 fragmentos grandes que vai constituir a primeira fileira da construção da barragem,
673 então ela vai ser toda construída a jusante e ainda com material de alta resistência,
674 porque como existe na mina o estéril que seria o material que não tem o valor
675 econômico, vai ser tirado e vai servir para a base deste paramento da barragem.
676 Lembrou que a natureza se vista de corpo inteiro tem a rocha, tem o solo, tem a

711 exigente que este e o Conama orienta que só utilizará esse recurso de utilidade
712 pública quando comprovado com alternativas que nenhuma alternativa for possível.
713 Outro ponto que levantou foi referente aos condicionantes, foi dito que a vida útil do
714 empreendimento são 30 anos, quando essa vida útil acabar o que esse povo vai
715 fazer? Tem que ter um plano de desenvolvimento para substituição disso. Informou
716 que já houve um caso aqui na Bahia e que foi discutido na época que foi colocado
717 na condicionante da Mirabela que tivesse um plano de desenvolvimento regional
718 para quando a mineração for desativada você ter uma economia paralela para poder
719 absorver as pessoas que serão demitidas da desativação, inclusive Ipiaú que era
720 uma área tradicionalmente do cacau, este ficou reduzido, agora que eles estão
721 fomentando o cacau novamente. E disse que ao invés de chamar de barragem,
722 deveria ser chamado de depósito de rejeito, que considere ele como matéria prima
723 futura, considerando aquele como um potencial subproduto.

724 Flávia Bazílio - COMIN/INEMA explicou que considerando a concepção atual da
725 barragem só que as alternativas locacionais diferentes. Esta é uma avaliação
726 qualitativa que o empreendedor que fez, o que está em vermelho cada bloco vale
727 menos um ponto que são os aspectos que foram avaliados para valorar os impactos
728 e o que está em verde conta um ponto positivo e vermelho um ponto negativo, aí
729 eles somaram e no caso a alternativa 2 teve 7 pontos. Complementou que a matriz
730 de valoração, foi baseada em dados de monitoramento, então quando pega
731 informação sobre cobertura vegetal a empresa já desenvolve um programa de
732 monitoramento desde 2010, tendo uma série histórica de quase 10 anos e que deu
733 sustentação para essa avaliação qualitativa, para não ficar parecendo que a equipe
734 só se baseou nessa tabela, mas está balizado em dados primários.

735 Márcia Telles – INEMA explicou que a matriz reflete uma série de estudos que foram
736 apresentados, dados de monitoramento, então ela não se constrói a partir de uma
737 avaliação simplista do técnico e da equipe, ela é subsidiada em uma série de
738 estudos que foram apresentados. Pontuou que qualquer tipo de questionamento
739 referente à matriz, ao parecer técnico, aos estudos, a licença o INEMA está
740 absolutamente disponível para responder, porém esses questionamentos devem ser
741 formalizados por escrito e entregue a Secretaria executiva, para que o INEMA possa
742 ter o espaço de responder as questões, porque muitas vezes quando fala em uma
743 reunião não consegue esclarecer por completo, por se um processo longo e
744 demorado que não pode ser explanado e explicitado em 1h30.

779 concedida de 23 mil hectares em Formosa do Rio Preto, essa supressão teve um
780 pedido de renovação dentro do prazo devido e ela foi renovada e no momento que
781 essa renovação foi publicada, isso suscitou alguns questionamentos e já havia
782 esclarecido em reunião anterior que havia sido uma renovação de uma licença que
783 já havia sido concedida em 2015, como o empreendedor não fez a supressão, foi
784 pedia a renovação alegando algumas dificuldades e assim foi concedida a
785 renovação, e esclareceu que se comprometeu a trazer a equipe técnica para que
786 fossem feito alguns esclarecimentos referentes a esta supressão.

787 Amanda Silva – ADES pontuou que foi enviado um ofício ao Ministério Público com
788 uma lista de questionamentos e na autorização da prorrogação do prazo de
789 supressão de vegetação em uma das condicionantes é de que o empreendimento
790 tem que apresentar documento de posse e domínio da reserva legal, no entanto
791 desde 2017 existe uma decisão judicial de que o domínio dessa área é das
792 comunidades gerazeiras e tradicionais que estão no alto Rio Preto. Lá em 2015
793 quando foi concedida a licença já havia sido questionada ao INEMA e informado de
794 que essas áreas estavam em litígio e esta licença concedida agora, foi concedida
795 posterior a decisão judicial de posse dessas comunidades tradicionais. Registrou e
796 agradeceu a presença de dois advogados da Associação de Advogados de
797 Trabalhadores rurais a Dra. Joice e o Dr. Américo de estarem aqui ao convite da
798 ADES para vê esses esclarecimentos e puder dar suporte, pois eles que
799 acompanham as comunidades e passou a palavra para Dra. Joice.

800 Joice – Associação de Advogados de Trabalhadores rurais (convidada) esclareceu
801 que foi conferida uma renovação de supressão de vegetação e para se ter uma
802 autorização de supressão de vegetação precisa estar com registro da reserva legal
803 legalizada. Esclareceu que no ano de 2015 foi feito um questionamento pela própria
804 ADES no âmbito administrativo ao INEMA e mesmo assim foi conferida a renovação.
805 O INEMA em 2016 realizou uma vistoria na área e identificou que o condomínio
806 cachoeira Estrondo declarou uma área de reserva legal maior do que a inscrita por
807 ele e, além disso, ele não tinha a posse da área e foi identificado também
808 degradação ambiental na parte que ele disse que era reserva legal e com isso
809 conferiu uma multa de R\$ 210.000,00, engraçado que essa decisão do INEMA foi
810 em 2016, mas no parecer ressalta que a visita técnica foi feita antes da concessão
811 da primeira autorização de supressão de vegetação, então o INEMA já tinha
812 constatado que havia irregularidade na reserva legal e ainda assim em 2015 conferiu

847 citações chegam através dela e isso não foi localizado. A POJUR fez um
848 diligenciamento a PGE e toda vez que o Inema é citado em algum tipo de decisão
849 judicial é tomada todas as providências que constam ali. O procurador do INEMA
850 está informado sobre isso desde a última reunião do CEPRAM, então foi diligenciado
851 alguns documentos e o INEMA assim que tiver identificado esse processo sendo
852 citado, o atendimento da diligência feita a PGE ou a decisão judicial isso será
853 informado em reunião do Conselho, mas até lá o ato ele consta como válido.
854 Precisa-se de algumas informações para suspender o ato.

855 João Lopes – ASSOCAFÉ pontuou que esse questionamento que está sendo feito é
856 uma política da ADES que não tem fundamento na consistência que é afirmada. A
857 documentação do Oeste inteiro é colocada em dúvida pela ADES e por qualquer um
858 que queira questionar, pois se disser que não tem cadeira sucessória de 80/100
859 anos é supostamente inválida. Informou que existe um projeto de Lei tramitando na
860 Assembléia para acabar com essa demanda, mas recentemente aconteceu o
861 cancelamento do Tribunal de Justiça de quase 400 mil hectares naquela região, que
862 o Supremo derrubou esta semana e mandou reconstituir tudo de novo. Essas
863 matrículas que vocês dizem que são ilegais, o fundamento da origem da matrícula
864 precisa ser vista e vai chegar no juízo como chegou no supremo esta semana, que
865 mesmo o Tribunal de Justiça mandando registrar uma nova matrícula de um novo
866 dono cancelando quem estava lá a 20, 30 anos o Supremo derrubou essa semana.
867 Então disse que isso é uma coisa para efeito político e de atuação ambientalista e
868 de ONG que pode ser muito importante, mas não vai poder anular uma licença que o
869 Estado deu com base em uma documentação legal. As alegações são sempre em
870 cima de suposições.

871 Cláudia Campra – Inema esclareceu no que se refere às questões jurídicas de
872 questões fundiárias realmente é uma análise jurídica que é encaminhada como Dra.
873 Márcia esclareceu. Tecnicamente falando o código florestal ele tem um artigo 14º ou
874 15º que diz que se a reserva legal tiver cadastrada ou se tiver em trâmite no órgão
875 ambiental os atos administrativos não podem ser obstados e a reserva legal ela está
876 cadastrada no CEFIR, então não há nenhum impeditivo para que a supressão
877 tivesse sido concedida lá em 2015 e renovada agora com relação ao procedimento
878 de reserva legal. Esse procedimento de cadastramento ele é autodeclaratório e
879 como a extensão da Bahia é muito grande, na medida do possível o INEMA está
880 fazendo a análise dos cadastros que estão sendo feitos dentro do Sistema CEFIR,

915 obedeceu todos tramites legais e está correto. Se a uma autuação sobre o CEFIR,
916 isso é analisado a parte e não no âmbito de um processo já realizado e já definido.
917 Com relação à disputa possessória, boa parte do Oeste da Bahia está sofrendo com
918 isso, isso se iniciou em uma CPI na década de 80, São Desidério, Jaborandi,
919 Correntina todas as cidades tem esse problema, ou se para a agricultura, ou legitima
920 quem está na posse da propriedade. Não é o Condomínio cachoeira Estrondo
921 inteiramente que está nesse processo, é a empresa Delfin, não se está falando de
922 uma área de 300 mil hectares, mas sim de uma parte disso e essa parte está em
923 posse e propriedade integralmente do condomínio Delfin, não tem morador dentro e
924 assim foi o técnico fez a vistoria foi em todos os pontos, foi em área de reserva, essa
925 informação é correta e comprovada nos autos.

926 João Carlos – Secretário da SEMA, pontuou que quando ocorreu essa discussão na
927 reunião anterior, se reuniu com Márcia Telles e foi discutido de maneira muito
928 democrática. Disse que fica muito preocupado com essa situação fundiária daquela
929 região, pode até ser legal, mas quando se imagina 23 mil hectares de supressão, é
930 só pensar o que representa para o ambiente, o que representa para a bacia do
931 Urucuia, o que representa para fauna e flora uma supressão de 20 mil hectares?
932 Está vendo por ai que a discussão ambiental tomou a tonita no Brasil e no Exterior e
933 foram para o lado ambiental entendendo que era o lado mais fraco, mas
934 esqueceram que fizeram uma discussão negativa da área ambiental e que foi se
935 refletir lá na economia, aqueles que a dois, três, quatro, cinco anos faziam discurso
936 quando a questão ambiental influenciou na economia veio fazer outro discurso,
937 então é necessário refletir sobre isso. Informou que há 20 dias atrás, participou do
938 consórcio da região, onde os municípios reivindicavam o licenciamento para eles e
939 foi mostrado aos prefeitos e lideranças políticas do consórcio que infelizmente isso
940 não podia acontecer, pois a prerrogativa é do INEMA. Então, naquela região a
941 questão fundiária é extremamente preocupante, com todo o respeito à dinâmica da
942 economia da região. Não se pode perder de vista que a sociedade moderna com a
943 velocidade da informação e a importância com a imagem, então se for analisado o
944 nosso país hoje que em termo de reserva, de preservação está à frente de vários
945 países, agora a imagem que construíram nos últimos três meses foi uma imagem
946 eminentemente negativa. Disse que sobrevoou durante 04 horas aquela região e
947 pode perceber o compromisso dos empresários com a reserva legal e ao mesmo
948 tempo compreendeu a importância do agronegócio na economia do Estado, então

983 empreendedor apresentou documento que é aceito dentro da Portaria de documento
984 que está publicizada no site do INEMA. Discutir 23 mil hectares é muito, mas poderia
985 ser mais pelo tamanho da propriedade, inclusive fazendo nenhum juízo de valor a
986 propriedade tema mais de 26% de reserva legal, porque o proprietário quer, porque
987 se ele não quisesse ele só teria 20, pois a lei dar a ele esse direito.

988 Miriã Caetano - SECEX passou para o ponto de pauta referente ao informe os
989 esclarecimentos referentes à Licença prévia para o Projeto Laticínio NASSAU
990 BAHIA – empresa AGRI BRASIL HOLDING S/A.

991 Leonardo Carneiro– Diretor de regulação/ INEMA explicou que o projeto Nassau é
992 um grande projeto que está sendo desenvolvido no Oeste da Bahia que prevê por
993 fases, começa com 50 mil vacas confinadas produzindo leite, podendo chegar a 75
994 mil.

995 Márcia Telles – INEMA complementou que esse processo nasceu na ordem de mais
996 de 250 mil cabeças, esse projeto não avançou na quantidade de estudos
997 necessários para serem apresentados, então o requerente com a dificuldade que ele
998 tinha, ressaltando inclusive todas as áreas que seriam utilizadas já são áreas
999 antropizadas, ou seja, já são áreas que pertencem a algumas outras empresas e
1000 todas as outorgas que seriam para esses projetos já seriam outorgas já concedidas
1001 a essas mesmas empresas que sofreriam transferência de titularidade. Com isso
1002 tem-se áreas já antropizadas que não careciam de supressão de vegetação e
1003 outorgas concedidas que seriam feitas a transferência, esse era o pedido original.
1004 Esse processo não se configurou nesta amplitude pela dificuldade que o requerente
1005 teve na aquisição dessas áreas e na transferência de titularidade das outorgas, isso
1006 não se configurou ao longo do tempo, por causa disso o empreendimento desceu de
1007 patamar, foi dado a ele a autorização, porque a área não é dele, a área é de outra
1008 empresa no caso a SLC, concedeu a utilização da área e a licença é menor e
1009 baseada na fábrica de leite. Quando foi dada entrada no processo de LI foi solicitado
1010 ao empreendedor as autorizações, a transferência da outorga, a titularidade que ele
1011 poderia empreender ali, porém isso não foi respondido.

1012 João Lopes – ASSOCAFÈ informou que acompanhou esse assunto, porque era um
1013 interesse do governo da Bahia, um projeto desse tamanho, inclusive do vice -
1014 governador João Leão e a pedido dele fez o acompanhamento ao trabalho do
1015 pessoal, resumindo as duas propriedades que eles tinham opção, eles já desistiram
1016 das propriedades, eles tiveram dificuldades na captação de recurso, porque o sócio

1051 extremamente preocupada, já tem um grupo de trabalho dentro da Secretaria que
1052 está avançando nos trabalhos. Sinalizou que foi feito um diálogo muito bom com
1053 Pernambuco que é o Estado do Nordeste que mais avançou nisso, é tanto que o
1054 governador foi chamado para fazer apresentação, mas é preciso quantificar essa
1055 questão na Bahia e estamos trabalhando para isso. Agradeceu a presença de todos
1056 e colocou-se a disposição. A reunião foi encerrada e ata vai ser assinada e
1057 aprovada.

1058 **Presidente CEPRAM:** João Carlos Oliveira da Silva

1059 **Secretaria Executiva:** Miriã Caetano da Silva

1060 **Conselheiros presentes:**

1061 Márcia Telles – INEMA

1062 Ana Maria da Lima Santos – SEINFRA

1063 Taís Gouveia – SDE

1064 Roberto Maximiano Pereira –SEPLAN

1065 Ana Livia Guimarães – SEDUR

1066 Ericka Helena Martins - SESAB

1067 Jorge Emanuel Cajazeira - FIEB

1068 Luís Fernando Galvão – SINDICAL

1069 Juçara Tanajura - SINDUSCON

1070 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

1071 Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ

1072 José Luizz Pucci – SINDIMIBA

1073 Juliano Dias - SINDPACEL

1074 Diogo Assis Cardoso – SINDICOM

1075 Walter Schimmelpfeng FCOMÉRCIO

1076 Benedito Vieira dos Santos – SICOMERCIO

1077 Ruy Argeu do Amaral – SINCOFARMA

1078 Danilo Hassui – Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães

1079 Ricardo Borges da Cunha – Sindicato Rural de Camacã

1080 Wilson Andrade - ABAF

1081 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

1082 Júlio Cezar Ribas - FECOMERCIO

1083 José Roberto Pedreira Franco - ABES

1084 Roberta Casali Bahia Damis – OAB/BA

1085 Manoel Ailton Rodrigues – Comunidades Quilombolas

1086 Danillo Libarino Assunção- SINDAE

- 1087 Severino Soares Agra Filho – UFBA
- 1088 Luiz Vitor Marsala – IDEIA
- 1089 Amanda Santos Silva – ADES
- 1090 Claudio Mascarenhas – GERMEN
- 1091 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil

